SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/03/2015 - Telesíntese

Abinee teme que ajuste fiscal aprofunde perda de competitividade da indústria

Conforme a Abinee, o setor elétrico e eletrônico teve uma queda na produção acima de 12% em janeiro, na comparação com o mesmo mês um ano antes. Representantes do MCTI e MDIC dizem que é preciso enxergar as oportunidades no momento da crise e reiteram que deve haver diálogo entre governo e indústria.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Humberto Barbato, voltou a criticar a política fiscal que o governo federal vem adotando neste ano. Segundo ele, medidas como o projeto de lei que aumenta o imposto da desonerações sobre a folha de pagamento de empresas em diversos setores, e redução da alíquota do Reintegra, programa que "devolve" parte dos impostos pagos por empresas exportadoras, reduzem a capacidade do setor de competir no mercado mundial.

"Nosso setor vem passando há mais de dez anos por forte processo de perda de competitividade, que pode agora ser potencializado pelas recentes medidas", disse, ao discursar na abertura do Abineetec, fórum sobre o setor e que acontece em paralelo à Feira Internacional da Indústria Elétrica e Eletrônica (FIEE), em São Paulo.

"A MP 669, que agora se transformou em projeto de lei enviado ao congresso, refletirá em cerca de 50% dos produtos fabricados pelas indústrias do setor contempladas pela desoneração", ressaltou. Disse ainda enxergar fragilidade institucional nas relações entre governo e Legislativo, o que ajuda a frear os investimentos privados. "A decisão de Renan Calheiros em devolver ao Executivo a MP 669 expôs uma fragilidade entre os poderes e traz preocupação sobre os reflexos disso na economia do país", disse, reafirmando que trabalha em Brasília para manter a desoneração da folha de pagamentos.Na sexta-feira, o governo enviou ao Congresso o projeto de lei em regime de urgência, que mantém a mesma elevação das alíquotas do imposto – de 1% para 2% e de 2% para 4,5% – proposta na MP. Mas o Congresso pretende negociar esta medida, mudando um pouco as alíquotas.

A Abinee vê um movimento positivo da parte do governo federal, que em vez de reeditar a MP derrubada, enviou ao Congresso um projeto de lei. Ali, espera Barbato, haverá oportunidade de a indústria se posicionar. "Assim se faz o diálogo", resume. Ele também reclamou da redução da alíquota do Reintegra, que passou de 3% para 1%. O benefício prevê devolução sobre este percentual do faturamento de empresas exportadoras, como compensação pelo pagamento de impostos na cadeia produtiva. "Se queremos que a produção industrial volte a ter presença relevante no PIB, é importante que o Reintegra não esteja sujeito a chuvas ou trovoadas", defendeu.

O cenário para o ano, porém, é desanimador. A associação cita a previsão do Boletim Focus, do Banco Central, para retração de 0,78% na economia em 2015. Lembra que o setor elétrico e eletrônico teve uma queda na produção acima de 12% em janeiro, na comparação com o mesmo mês um ano antes.

Resposta

Coube a Virgílio Almeida, secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), defender os planos federais. "Tenho uma visão mais otimista. Momentos como este podem ser de oportunidades, pois leva a inovar e a criar soluções de sustentabilidade", disse. Ele vê a indústria elétrica e eletrônica como agente das descobertas que vão beneficiar outras áreas.

Leia mais em:
http://www.telesintese.com.br/abinee-teme-que-ajuste--fiscal-aprofunde-perda-de-competitividade-setor/

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

20/03/2015 - CUT

Empresas são condenadas em R$ 18 mi por dumping social

Roma Segurança e Dicat burlavam direitos trabalhistas para conseguir vantagens comerciais

As empresas Roma Segurança e J. Dionísio Costa da Silva (Grupo Dicat), ambas do ramo de vigilância, foram condenadas em R$ 18 milhões por danos morais coletivos e dumping social - redução de custos de um negócio com base na eliminação de direitos trabalhistas. A sentença foi dada pela juíza substituta Soneane Raquel Dias Loura, da 5ª Vara do Trabalho de Porto Velho (RO), em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em Rondônia (MPT-RO).

As companhias foram processadas por atrasar o pagamento de salários, vales-alimentação e parcelas do 13ª salário de funcionários. De acordo com o MPT, houve a precarização das relações de trabalho para conseguir vantagens comerciais e eliminar a concorrência.

Os valores da condenação (R$ 10 milhões por dano moral coletivo e R$ 8 milhões por dumping social) serão revertidos para entidades filantrópicas. A ação civil pública é do procurador do Trabalho Rafael Foresti Pego.

23/03/2015 - Rede Brasil Atual

'É preciso ficar atento com quem atua contra o real', afirma Dieese

Expectativa é de que o moeda norte-americana fique estável para favorecimento das empresas nacionais

O diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, explicou hoje (23), em entrevista para a Rádio Brasil Atual, os reflexos do aumento do dólar na economia brasileira e afirmou que a utilização da valorização da moeda estrangeira para reduzir a inflação torna inviável a política industrial.

A expectativa é que o dólar tenha um posicionamento estável, representando um equilíbrio industrial que favoreça o desenvolvimento da indústria brasileira.

"Devemos aproveitar este momento para reposicionar a moeda americana num patamar que permita, simultaneamente, um poder de compra protegido, principalmente pela indústria, que tenha a capacidade de ser dinâmica, criando empregos, gerando bons salários, e essa dinâmica formando proteção a eles", comenta Ganz Lúcio.

O diretor técnico também afirmou que há dois motivos para a avaliação do dólar afetar a economia nacional: por conta da crise econômica internacional, ou pela pressão política, na qual os especuladores atuam para maximizar ou defender seus recursos, fazendo com que a moeda varie.

Leia mais em:
http://www.redebrasilatual.com.br/economia/2015/03/201ce-preciso-ficar-atento-com-quem--atua-contra-o-real201d-afirma-diretor-tecnico-do-dieese-8503.html

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/03/2015 - Teletime

Receita anual da TV paga dos EUA diminuirá US$ 12 bilhões até 2020

A última edição do relatório Digital TV North America, do Digital TV Research, publicada nesta semana, prevê uma redução de US$ 12 bilhões na receita do mercado de TV paga na América do Norte nos próximos seis anos. Segundo o relatório, a receita anual do mercado será de cerca de US$ 90 bilhões em 2020, em comparação com US$ 102 bilhões em 2013.

O relatório prevê que o número de assinantes permanecerá estável em 110 milhões, mas com uma penetração de 82,6% em 2020 em comparação com os 86,7% registrados em 2010, devido ao aumento do número de residências. O número de residências sem assinaturas cresceria de 18,9 milhões para 26,3 milhões no mesmo período.

O estudo ainda prevê que a receita com serviços over-the-top (OTT) crescerá para US$ 10,4 bilhões, em comparação com US$ 6,9 bilhões em 2014 e US$ 2 bilhões em 2010. O valor da receita dos OTTs não inclui ganhos com publicidade.

23/03/2015 - CUT

A verdadeira Petrobrás que a mídia não mostra

Nacionalização de encomendas revitalizou indústria naval e gerou mais de 380 mil empregos

Em dezembro de 2000, a indústria naval brasileira empregava apenas 1.910 trabalhadores, reflexo do desmonte que o setor sofreu nos anos 90. A partir de 2003, com a decisão política do governo Lula de nacionalizar as encomendas da Petrobrás, a indústria naval voltou a se reerguer e fechou 2014 com 82.472 empregos diretos e mais de 300 mil indiretos, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Construção e Reparação Naval e Offshore (Sinaval).

A Petrobrás responde por mais de 90% da carteira de encomendas dos estaleiros instalados no país. Segundo a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), 23 dos 50 maiores projetos offshore do mundo estão hoje no Brasil. Estudo do Sinaval revela que o setor tem tido um crescimento médio de 19,5% ao ano, desde 2004, e movimenta atualmente R$ 149,5 bilhões.

Evitar o retrocesso

Esse ciclo de recuperação da indústria naval, no entanto, pode ser interrompido, se as tentativas de enfraquecimento da Petrobrás não tiverem a devida resposta da sociedade. Os ataques especulativos que visam inviabilizar economicamente a estatal colocam em risco as contratações no Brasil de plataformas, sondas, navios petroleiros e barcos de apoio. "Já estamos sofrendo as consequências dessa crise, com demissões em diversos estaleiros, que reduziram ou paralisaram obras. Pelo menos 10 mil postos de trabalho já foram fechados", alerta Edson Rocha, coordenador do Setor Naval da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT.

"A defesa da Petrobrás passa pela defesa da política de conteúdo nacional, que tem garantido empregos e investimentos no Brasil, e, principalmente, pela defesa do pré-sal, que desde a sua descoberta tem sido objeto de disputa dentro e fora do país. Esses são os grandes interesses que estão por trás das tentativas de desmonte da Petrobrás", ressalta o coordenador da FUP, José Maria Rangel, frisando a importância dos petroleiros se engajarem nas diversas frentes de luta em defesa da estatal.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/03/2015 - Correio do Brasil

TV Globo: como dar um basta no jornalismo lixo

Não me proponho contribuir para a quebra da Globo. Seria um desperdício de tecnologia em audiovisual acumulada durante décadas, a qual se tornou um patrimônio nacional de valor incalculável. Quando o senador Crivella agendou uma conversa com João Roberto Marinho na última campanha eleitoral, sugeri a ele que deveria dizer que, se eleito, se comprometeria a lutar pela consolidação do Rio como capital audiovisual da América Latina e um dos principais centros de produção de arte audiovisual do mundo. O líder seria a Globo, naturalmente, não a Record, cuja base audiovisual é São Paulo.

Acontece que os programas de boa qualidade formal da Globo, como as novelas, casos especiais, Globo Repórter, Fátima Bernardes, The Voice (não sei por que não "A Voz") e SuperStar funcionam como uma espécie de rede física de esgoto pelo qual flui o material de má qualidade, a saber, o Jornal Nacional e, principalmente, o Jornal da Globo. Vai também junto desse lixo esse monumento à imbecilidade globalizada, o BBB Brasil, que disputa com Faustão o campeonato da idiotice, salvo apenas, no caso de Faustão, pela Dança dos Famosos, para os que tem estômago para tolerar as piadas de mau gosto do apresentador.

O lamentável é que os outros canais, como Record, Bandeirantes e SBT, não se aproveitam das falhas estruturais da Globo para lhe ocuparem o espaço jornalístico. Na Band o jornalismo é tão pobre que as notícias dos principais Estados são veiculadas por rádio, sem acompanhamento de imagem. A Record tem a sorte de ter em seus quadros um dos maiores jornalistas do Brasil, Paulo Henrique Amorim, mas também nela falta infraestrutura para o noticiário em geral. Com isso, a Globo nada de braçadas, fixando o padrão de mediocridade que move a maior parte do jornalismo de televisão.

Como colunista do Globo, privei durante quase um ano da intimidade de Roberto Marinho, o que me possibilitou conhecer bem algumas de suas facetas. Era um homem simples, sem ideologia, voltado quase exclusivamente para o jornal, não a tevê. É que, de jornal, ele acreditava entender bem – entrou na tipografia e acabou dono -, enquanto a televisão não lhe era familiar, e deixava entregue a José Bonifácio, o Boni, e Walter Clark. Boni e Clark puderam dar uma direção profissional à televisão, sem interferência do dono, enquanto o jornal era estritamente vigiado por ele.

Talvez viesse daí a mediocridade do Globo quando comparado com o Jornal do Brasil, por exemplo. Entretanto, mesmo que não fosse um luminar do jornalismo, Roberto Marinho tinha o espírito da notícia. Lamentou várias vezes não ter podido dar o furo do Plano Cruzado porque Sarney lhe pedira reserva. (O curioso nesse episódio é que Sarney não se deu conta de que estava passando informação privilegiada para o maior grupo de comunicação do país num momento crucial da vida econômica brasileira. Na verdade, Sarney temia tanto o grupo Globo que não pensou duas vezes antes de lhe entregar uma ficha valiosa que não foi usada.)

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O espírito jornalístico de Roberto Marinho não foi transmitido à prole. No caso da televisão, foi totalmente desvirtuado. Como jornal perdeu espaço no mundo da comunicação, a penetração da tevê tornou-se uma arma mortal de difusão ideológica. No Jornal Nacional ela vinha sendo usada com alguma moderação porque os editores, William Bonner à frente, calculavam que os telespectadores são sobretudo de classe média baixa. A partir da última eleição, contudo, com o sistema Globo assumindo papel de militante pró-Aécio, a manipulação ideológica também do noticiário televisivo no horário nobre tornou-se aberta.

Como já escrevi anteriormente, o sistema de três feudos e várias satrapias jornalísticas do Globo não tem hoje nenhum controle político. É o campo da liberdade sem limites dos âncoras e apresentadores, no qual atua a lei da selva. Um ensaio iluminado de Norberto Bobbio ensina que os luminares do alvorecer da Idade Moderna não esclareceram bem o que entendiam por liberdade. Alguns, como Locke e Montesquieu, viam a liberdade como o não limite; outros, como Rousseau e Hobbes, como prerrogativa de estabelecer os próprios limites. Os primeiros inspiraram o liberalismo econômico. Os segundos, a democracia.

A tevê Globo é hoje o império da liberdade sem limites, do liberalismo econômico que gerou nas quatro últimas décadas o neoliberalismo. Antes, por contraditório que possa parecer, Roberto Marinho lhe dava um caráter democrático. Um dia, na minha época no Globo, entrei na sala dele e lhe expus o que sabia dos rumores de corrupção do Governo Collor. "O que acha que eu devo fazer?", perguntou ele a mim, que tinha pouco mais de metade de sua idade. "Ponha na televisão", sugeri. Ele ficou em silêncio alguns segundos para comentar, encerrando a conversa: "É muita responsabilidade…"

É essa responsabilidade que a Globo perdeu sob a influência nefasta do grupo Veja. Destruidora do Governo Collor, sem provas – a entrevista que publicou com o irmão de Collor foi um monumento à irresponsabilidade jornalística -, Veja começou a articular suas "revelações" de escândalos, oriundas de espionagem paga, com o noticiário do Jornal Nacional e o Jornal da Globo. Duplamente irresponsáveis, esses dois sistemas de empulhação jornalística estão destruindo o Brasil com intrigas, e contribuindo para a degradação de todas as instituições brasileiras, Executivo, Legislativo e Judiciário. Chegou o momento do basta.

Para destruir Veja, o que se justifica como profilaxia da imprensa brasileira, é muito fácil: basta parar de comprá-la e cancelar as assinaturas. Caso sinta necessidade de revista, compre a Carta Capital como alternativa, com uma linha mais imparcial.

No caso da tevê também é fácil. Como queremos preservar as novelas e punir o jornalismo-lixo, vamos fazer o seguinte: no horário do Jornal Nacional e do Jornal da Globo – depois da novela, num caso, e do BBB, do outro -, vamos desligar a televisão ou mudar de canal. Todos os anunciantes da Globo saberão pelas pesquisas que, naquele horário, os aparelhos ou estarão desligados ou ligados em outro canal. (Sugiro que alguém mais competente que eu em matéria de internet arranje um jeito de tornar essa convocação nacional através das redes sociais, começando numa data marcada com antecedência e combinando novas datas até que se torne conhecida alguma providência do sistema Globo em reestruturar profissionalmente seus jornais!)

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/03/2015 - Portal Vermelho

Notícias apontam que direção do segundo governo Dilma é correta

Apesar de todo o "massacre" recente dos meios de comunicação, que contribuiu para o mau humor de parte da população que se viu nas manifestações de 15 de março, o segundo governo Dilma tem dois motivos para comemoração – e eles estão nas manchetes desta terça-feira (24) da Folha de S. Paulo e do jornal Valor Econômico.

A Folha destaca a decisão da agência internacional de risco Standard & Poors de manter a nota atribuída ao Brasil, que está nos países considerados bons pagadores, ou seja, com grau de investimento. A agência avalia que o ajuste fiscal capitaneado pelo ministro Joaquim Levy, da Fazenda, é sólido e conta com apoio integral da presidente Dilma, que, ontem, reuniu vários ministros para defender a redução de gastos. "É preciso gastar mais com o Brasil do que com Brasília", disse ela. A S&P também avalia que o ajuste passará no Congresso, apesar dos problemas de articulação com a base aliada.

O Valor Econômico, por sua vez, publica relatórios de bancos de investimento, como o JP Morgan, que consideram cada vez mais remoto o risco de racionamento de energia no Brasil, em 2015 – ideia defendida, em entrevista deste fim de semana, pelo economista Armínio Fraga (ex-futuro-ministro da Fazenda de Aécio Neves). Segundo o JP Morgan, o racionamento será evitado não apenas porque o regime hidrológico melhorou, ou seja, choveu mais, mas também porque o aumento recente na conta de luz desincentivou o consumo, gerando mudanças no comportamento dos brasileiros.

Sem rebaixamento e sem racionamento, o Brasil estará mais apto a atravessar com mais rapidez o período de ajustes, podendo atrair investimentos e voltar a crescer antes do que se imagina. Segundo o ministro Nelson Barbosa, a economia já estará crescendo no terceiro trimestre deste ano.

Ainda que de forma não assumida, o "quanto pior, melhor" era uma das apostas da oposição. O ex-governador paulista Alberto Goldman defendeu, em artigo publicado na Folha, que a deterioração das condições econômicas seriam uma das condições para um eventual impeachment.

Com a nota de risco mantida e a hipótese de racionamento afastada, o tema mais urgente, agora, é evitar o colapso do setor de infraestrutura e da indústria naval, que vem sendo provocado pela Operação Lava Jato.